



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

de Oliveira, Sílvia

Olhar a pobreza em Angola: causas, consequências e estratégias para a sua erradicação

Ciências Sociais Unisinos, vol. 48, núm. 1, enero-marzo, 2012, pp. 29-40

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93823702005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Olhar a pobreza em Angola: causas, consequências e estratégias para a sua erradicação¹

Looking at poverty in Angola: Causes, consequences and strategies for its eradication

Sílvia de Oliveira²
slviadeoliveira9@gmail.com

Resumo

O fenómeno da pobreza tem sido amplamente debatido nos últimos anos, porém, a sua erradicação continua muito longe de ser concretizada. As dificuldades de acesso às necessidades básicas como alimentação, educação, emprego, água potável, saneamento básico, entre outras, colocam a maioria da população africana, no geral, e a angolana, em particular, a viver em condições desumanas. Em Angola, apesar da guerra civil já ter terminado há dez anos, as condições em que vive a maioria dos angolanos continuam a ser muito precárias.

Palavras-chave: pobreza, pobres, Luanda.

Abstract

The phenomenon of poverty has been widely debated in these last years. Yet, its eradication is still far away from being materialized. The lack of access to the satisfaction of basic needs such as food, education, employment, drinking water, sanitation, among others, forces the large majority of the African people in general and the Angolans in particular to live in extreme inhuman conditions. In Angola, in spite of the fact that the armed conflict finished more than ten years ago, the living conditions of the Angolan people are still precarious.

Key words: poverty, poor, Luanda.

¹ Artigo escrito em conformidade com a língua portuguesa vigente em Angola. (NE).

² Investigadora do CEA/ISCTE-IUL. Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa-Instituto Universitário de Lisboa. Av. Das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal.

Introdução

A temática do presente artigo enquadra-se numa realidade de preocupante que o mundo enfrenta, em particular os africanos – a pobreza. O objetivo geral desta apresentação é debater o desenvolvimento do conceito de pobreza e compreender a dimensão política, económica, social e cultural da pobreza em Angola. Para o efeito, apresentámos igualmente alguns dados recolhidos durante a realização de trabalhos de campo levados a cabo na cidade de Luanda nos últimos anos, decorrentes da participação em diversos projetos de investigação em estudos africanos.

O estudo da pobreza acarreta, antes de mais, uma reflexão sobre a sociedade em causa, pois é nela que se integram, de forma específica, as transformações causadas por este fenómeno. Em termos da população que ocupa o espaço geográfico da cidade de Luanda, trata-se de uma sociedade africana que apresenta complexidades na sua estrutura: uma sociedade urbana que vive em espaços fragmentados e contraditórios, com índices elevados de pobreza e de desemprego formal, e que vive em condições precárias.

Iniciámos esta apresentação com uma breve discussão teórica sobre o conceito de pobreza, as suas causas e consequências. De seguida, com base nos dados recolhidos no terreno, analisamos a dimensão da pobreza em Angola. Serão focalizados a carência alimentar, o acesso à saúde, habitação, educação, água potável, saneamento básico e serviços básicos, alimentação e acesso às bases do poder social.

Metodologia de recolha e análise

A metodologia seguida assenta no princípio de que o fenómeno da pobreza em Angola deve ser analisado tendo por base uma compreensão das transformações económicas, sociais e culturais a que a sociedade foi sujeita nos últimos anos.

Os dados empíricos aqui apresentados foram obtidos no âmbito de uma investigação mais ampla, realizada na cidade de Luanda entre 2005 e 2007 em resultado da frequência do mestrado em Estudos Africanos no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa (ISCTE). Para a sua realização, optámos pela técnica da entrevista semidiretiva, pois esta proporciona uma maior flexibilidade na relação entrevistado-entrevistador. A permanência no terreno permitiu-nos igualmente utilizar técnicas de observação, que se revelaram uma mais-valia, uma vez que nos possibilitaram identificar aspetos não aprofundados no decorrer das entrevistas.

No total foram entrevistadas 57 pessoas, com destaque para o sexo feminino (35) e para as crianças (14). Em relação ao sexo masculino, foram entrevistadas somente oito (8) pessoas.

De salientar que Angola apresenta um problema de escassez de dados estatísticos, devido não só à dificuldade de expandir os estudos e inquéritos a todas as zonas do país, como também à falta de técnicos especialistas e de instrumentos adequados de recolha de informação (Vinyals, 2002, p. 25; PNUD-Angola, 2002, p. 88).

O conceito de pobreza

Os debates em torno do conceito de pobreza têm dado origem, ao longo dos anos, a definições que se enquadram em diferentes dimensões. "Morrer de fome é, claramente, o aspeto mais significativo da pobreza" (Sen, 1999, p. 27). Bruto da Costa (1998, p. 27) defende que a pobreza é a situação de privação resultante da falta de recursos. O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para o ano de 1997 analisa a questão da pobreza focando "não apenas a privação de rendimentos mas a pobreza numa perspetiva do desenvolvimento humano – a pobreza como uma negação de escolhas e oportunidades para viver uma vida longa e aceitável" (1997, p. 10). Tendo em conta estas definições, Roque Amaro (2003, p. 16) define a pobreza como "a incapacidade de desenvolver uma vida longa, saudável e criativa e de usufruir de um nível decente de vida, com liberdade, dignidade, respeito por si próprio e respeito pelos outros".

A necessidade de saber o porquê da pobreza e quais as suas causas e consequências fez sobressair duas perspetivas explicativas: a perspetiva culturalista, assente no conceito de cultura da pobreza adotado por Óscar Lewis, e a perspetiva socioeconómica, que coloca a ênfase na falta de recursos económicos como a principal causa da pobreza.

Óscar Lewis utilizou a expressão "cultura da pobreza" em 1961 quando realizou um estudo de caso na família Sánchez, uma família residente num dos subúrbios da cidade do México. Segundo o mesmo, existe uma série de características que enfatizam a cultura da pobreza:

- Características económicas: desemprego, subemprego, salários baixos, trabalho infantil, enfim, uma luta pela sobrevivência;
- Características sociais: residência em bairros degradados e superlotados, espírito gregário, iniciação precoce na vida sexual, solidariedade familiar muito forte;
- Características psicológicas: índice elevado de alcoolismo, recurso à violência física não só na resolução de conflitos como na educação das crianças, abandono precoce do lar por parte das mães e dos filhos.

Outras características incluem ainda a orientação no presente e uma capacidade fraca para obter vantagens ou fazer planos para o futuro (Lewis, 1961, p. 24). Para o autor, estas características estão presentes em todos os países do mundo, quer aqueles classificados de desenvolvidos, quer os que ainda estão em desenvolvimento.

Os pobres, dada a sua fraca qualificação profissional, dificilmente encontram colocação em empregos bem remunerados, o que faz com que elaborem várias estratégias para aumentar o seu orçamento familiar. A falta de recursos económicos impede-os igualmente de recorrerem ao crédito formal, uma vez que a banca não empresta dinheiro a quem não tenha uma situação económica estável. Por outro lado, registam-se igualmente dificuldades para enviarem os filhos para a escola bem como o acesso a

uma assistência de qualidade na saúde, conduzindo, assim, a uma continuidade das condições de pobreza para a geração seguinte, dando origem a uma espécie de reprodução social da pobreza.

Para os críticos desta teoria, a permanência da pobreza de geração em geração prende-se com a estrutura económica e social da sociedade em que os pobres estão inseridos, pois, se fossem criadas as condições necessárias para aumentar a qualidade de vida dos mais pobres, tais como melhor emprego, melhores condições de habitabilidade, acesso à escola e formação profissional que lhes permita posterior integração em melhores postos de trabalho, a pobreza seria progressivamente eliminada.

A justificação das dificuldades económicas, como sendo a causa principal da pobreza, deve-se a Seebom Rowntree, que, em 1901, realizou um estudo sobre a pobreza em York. Rowntree definiu famílias como estando em pobreza primária se os seus rendimentos totais forem insuficientes para satisfazer as necessidades mínimas para a manutenção da eficiência meramente física (Sen, 1999, p. 27). Para Rowntree, estariam em situação de pobreza secundária as famílias com rendimento em princípio suficiente para as colocar acima da pobreza primária, mas que, em resultado de uma distribuição menos "ótima" das despesas, viviam em estado de carência (Bruto da Costa, 1984, p. 277).

Desde então, o fator económico tem sido apontado como sendo o principal motivo que conduz à pobreza. Um exemplo disso prende-se com a definição da linha de pobreza, que foi estabelecida baseada no que realmente se consideram recursos ou necessidades básicas³ necessárias à sobrevivência. Considera-se que os agregados familiares cujos rendimentos se encontram abaixo dessa linha de pobreza vivam numa condição de pobreza (Giddens, 2001, p. 313), linha essa que o Banco Mundial (BM) estabeleceu em 1 dólar americano (USD) por dia.

Durante anos, concebeu-se a ideia que a pobreza seria uma característica dos países mais pobres, sendo um assunto proibido nos países desenvolvidos (Capucha, 1998; Amaro, 2003). Apesar da pobreza consistir na falta de alguma coisa essencial para a mera sobrevivência, é preciso ter em conta a situação de pobreza em que as pessoas se encontram, isto porque, dependendo do local, podemos estar perante uma situação de pobreza extrema (ou absoluta) ou de pobreza relativa. A Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social de Copenhaga, realizada em 1995, definiu a pobreza absoluta como "a condição caracterizada por uma privação severa de necessidades humanas básicas, incluindo saúde, comida, habitação, educação e informação" (Capucha, 2005, p. 72-73). Deste modo, podemos afirmar que

a maioria da população africana residente na África Subsariana vive em condições de pobreza absoluta ou extrema. Por outro lado, podemos dizer que vivem em condições de pobreza relativa aqueles cujo "nível do rendimento familiar está abaixo de uma determinada proporção do rendimento nacional médio" (Sachs, 2006, p. 56). Este tipo de pobreza é característico dos países desenvolvidos, onde as pessoas não têm acesso a bens culturais, entretenimento, cuidados de saúde de qualidade, educação, etc.

A pobreza não é uma condição para aqueles que já são pobres continuarem a ser pobres. Há famílias que vivem em condições de pobreza há várias gerações, mas igualmente famílias que conseguem sair dessa condição. Por outro lado, há famílias que nunca conheceram a pobreza, mas situações adversas como o desemprego, dívidas, falências as arrastam para essa condição, o que faz com que a pobreza seja uma condição dinâmica, sempre sujeita a alterações.

Nos últimos anos, o processo de globalização⁴, com destaque para a globalização económica⁵, tem conduzido a um aumento das condições de pobreza a nível global, com destaque para os países mais pobres/menos desenvolvidos. A nova pobreza globalizadora não resulta da falta de recursos humanos ou materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial (Santos, 2001, p. 41).

Quem são os pobres?

Como mencionado, a pobreza não é um fenómeno recente, apesar da preocupação com a mesma o ser. A pobreza faz parte do tecido social em todas as sociedades. Ser pobre acaba por ser "um estatuto fortemente sedimentado" (Almeida *et al*, 1994, p. 95).

Quem são afinal os pobres? Por que devemos identificar os pobres?

Como referi anteriormente, a dinâmica do fenómeno da pobreza dificulta o estabelecimento de um perfil para descrever os pobres. Sen (1999, p. 27) defende que são pobres aqueles cujos rendimentos totais são insuficientes para satisfazer as necessidades mínimas para a manutenção da eficiência meramente física. Para Capucha (1998, p. 212), são pobres as pessoas, as famílias e os grupos cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão escassos que os excluem dos modos de vida minimamente aceitáveis segundo a norma nos países em que vivem, aqueles que são privados de, pelo menos, uma das seguintes necessida-

³ As necessidades básicas devem ser interpretadas em termos das quantidades mínimas específicas, tais como alimentação, vestuário, habitação, acesso à água potável e condições de saneamento, condições imprescindíveis para se evitar as doenças, as fomes e outras carências (Streeten, 1986, p. 20).

⁴ Giddens define globalização como a "intensificação das relações sociais de escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que as ocorrências locais são moldadas por acontecimentos que se dão a muitos quilómetros de distância" (1992, p. 50). No relatório do PNUD para o ano de 1999, a globalização é definida como "um processo que integra não apenas a economia mas a cultura, a tecnologia e a governação" (1999, p. 1), daí que surjam expressões como "cultura global", "sistema global", "processo global", "modernidades globais", entre outras.

⁵ Com o aumento da globalização económica, as empresas multinacionais passaram a ser as grandes produtoras e fornecedoras de produtos para os vários mercados, acabando por esmagar as pequenas empresas locais que se apresentam incapazes de competir com os mais ricos.

des: alimentação, cuidados de saúde, alojamento condigno, rendimento, vestuário e falta de acesso à vida social do país (exercício do direito de voto, liberdade de direitos, etc.). Os pobres são aqueles que são "indesejados" pela sociedade, ou porque são sujos, pedintes, ladrões, sem educação e que não se esforçam para saírem da situação em que se encontram, ou porque não são apoiados e sem esse apoio perpetuam a sua condição de pobreza.

A principal diferença entre os pobres da Idade Média (cf. Geremek, 1995) e os pobres do século XXI reside na preocupação que atualmente é dedicada aos mesmos, pois estes continuam a ser indesejados e excluídos. Friedmann (1996, p. 60) afirma que a situação dos pobres não melhorou e que ainda hoje são denominados de sujos, estúpidos, sem habilidade para nada e inclinados para a violência e para a criminalidade e, por isso, devem ser controlados e geridos.

Causas e consequências da pobreza

Os relatórios do PNUD demonstram um aumento das condições de pobreza (e consequentemente da exclusão social) a nível mundial. Essa situação, em pleno século XXI, deve-se a diversos fatores, que Amaro (2003) resumiu no seguinte:

- Fatores macro (globais) relacionados com as configurações económicas em todo o mundo, os modelos económicos, os planos de desenvolvimento, a globalização da economia.
- Fatores meso (locais ou setoriais), tais como políticas regionais ou locais, discriminação contra imigrantes, toxicodependentes, portadores de doenças, etc., existência de culturas locais fechadas, entre outras. Trata-se de fatores que enquadram os grupos sociais e os indivíduos nas suas vivências quotidianas, podendo, em relação aos fatores macro, filtrá-los, atenuando-os ou amortecendo-os, ou, pelo contrário, amplificando-os ou reforçando-os.
- Fatores micro (pessoais e familiares), dos quais se destacam a dimensão e estatuto da família, o acesso aos serviços básicos de saúde e educação, a situação dos idosos, entre outros.

Estes fatores, ligados tanto à escala familiar ou individual como à sociedade ou às relações entre os indivíduos e a sociedade, formam um ambiente propício à propagação e instalação da pobreza e exclusão social, apresentando consequências difíceis de serem eliminadas.

Como já foi referido, a fome é a consequência mais dramática da pobreza. A necessidade de compreender a relação entre pobreza e fomes foi abordada por Amartya Sen ao longo do seu

trabalho enquanto colaborador das Nações Unidas. Sen (1999, p. 12) introduziu assim as noções de capacidades e direitos, relacionou-as entre si e concluiu que as relações de propriedade são uma espécie de relações de concessão de direitos. Segundo o mesmo autor, numa sociedade de economia de propriedade privada, um indivíduo possui uma série de direitos, dos quais destacou quatro: direito de troca (em relação àquilo que dispõe), direito de produção (usufruir daquilo que produz), direito ao próprio trabalho (utilização da sua própria força de trabalho e daquilo que produz com o mesmo) e direito à herança e transmissão (daquilo que for deixado por um antepassado seu, desde que depois o torne produtivo). Uma pessoa estará exposta à carência alimentar se, para a propriedade que realmente tiver, o conjunto de direitos de troca não contiver qualquer lote viável incluindo suficientes alimentos (Sen, 1999, p. 15), traduzindo-se na sua incapacidade de adquirir direito a alimentos suficientes (1999, p. 21).

Sen (1999, p. 71) defende igualmente que uma pessoa morre de fome ou porque não tem capacidade de dispor de alimentos suficientes, ou porque não utiliza essa capacidade para evitar a carência alimentar. Portanto, um indivíduo pode evitar a carência dependendo da combinação que estabeleça entre a sua propriedade e os direitos de troca. Se, como afirma Sen (1999, p. 72) "a posse de alimentos é um dos mais primitivos direitos de propriedade, e se o indivíduo conseguir estabelecer o seu direito de troca⁶", então não há carência nem privação.

A concessão de direitos apresenta igualmente limitações, tais como: ambiguidades na especificação dos direitos, violação dos direitos (tais como pilhagens e roubos), ignorância, hábitos alimentares ou apatia e epidemias (Sen, 1999, p. 76-78). A carência alimentar manifesta-se na debilidade das pessoas que é traduzida por uma esperança de vida mais curta. Estão mais vulneráveis às doenças e têm menor acesso aos serviços médicos e à obtenção de medicamentos, cujo valor é muito difícil de suportar. Pessoas doentes não conseguem trabalhar ou estudar, uma vez que o seu organismo está debilitado. As crianças apresentam dificuldades para acompanharem o ritmo escolar, o que se traduz no aumento do número de reprovações e consequente abandono escolar. Dada a baixa qualificação escolar e profissional, os pobres são empurrados para empregos precários que na sua maioria são temporários, apresentando-se o rendimento insuficiente para a satisfação das suas necessidades. Muitos acabam por emigrar para outras regiões ou países que lhes permitam realmente usufruir de um rendimento mais elevado, mas ainda assim continuam a ter acesso somente a empregos precários, tais como o trabalho na construção civil, empregadas de limpeza ou de balcão, empregadas domésticas, etc. Em muitos casos, o recurso à economia informal⁷ apresenta-se como a única fonte de rendimentos. As condições de privação conduzem

⁶ Os direitos de troca dependem da posição do indivíduo na estrutura económica de classes, dos modos de produção vigentes na economia e das possibilidades proporcionadas pelo Estado como parte do seu programa de Segurança Social (Garcia *et al.*, 2000, p. 26).

⁷ Conjunto de organizações de pequena escala em que o salariado está ausente (ou é limitado), em que o capital adiantado é pouco, mas em que há circulação monetária e produção de bens e serviços onerosos (Hugon, 1999, p. 90).

muitas vezes à criminalidade (cuja taxa é mais elevada entre os mais pobres), à prostituição, ao aumento do consumo de drogas e álcool, que muitas vezes se traduz no aumento da violência.

A falta de rendimento também se traduz numa inadequação geral das condições de alojamento, isto é, os mais pobres recorrem aos bairros periféricos, na sua maioria degradados, porque não conseguem suportar os custos com uma habitação. Em muitos casos, a superlotação também é verificável, isto é, várias famílias partilham o mesmo alojamento, o que se traduz nas más condições de habitabilidade e o difícil acesso às infraestruturas básicas, tais como rede de esgotos, recolha de lixo, etc.

A pobreza (e a exclusão social) condicionam igualmente o acesso dos pobres às bases do poder social⁸. Este ponto é introduzido por Friedmann (1996, p. 75), que define a pobreza como uma "condição de *disempowerment* sistemático pela qual condições estruturais implícitas mantêm pobres os pobres e confinam o seu acesso ao poder social ao nível de sobrevivência diária". Segundo o autor, é através do acesso às bases do poder social que os pobres ganham algum poder na sociedade. Deste modo, apresenta oito bases do poder social: espaço de vida defensável, tempo excedente, conhecimentos e técnicas, informação adequada (informação que suporta a luta familiar pela subsistência), organização social (igrejas, clubes desportivos, grupos de discussão), redes sociais, instrumentos de trabalho e condições de vida (ferramentas da produção doméstica), recursos financeiros (Friedmann, 1996, p. 72-74).

Como se pode observar, o ponto central de acesso às bases do poder social é a Economia de Unidade Doméstica (EUD), uma vez que as relações de poder que sustentam a produção capitalista atuam também para manter os pobres *disempowered* (Friedmann, 1996, p. 75). As bases principais são o espaço de vida defensável, o tempo excedente, a organização social e as redes sociais. Depois de garantirem o acesso a estas bases as unidades familiares podem concentrar-se nas restantes: informação adequada, instrumentos de trabalho e condições de vida, conhecimento e técnica e recursos financeiros.

Os pobres também encontram obstáculos, daí que queiram mais poder e estão mais empenhados em adquiri-lo de modo a melhorar as suas condições de vida. Por outro lado, os muito pobres – vítimas da fome, trabalhadores rurais sem terra, unidades domésticas com mulheres como chefe de família em bairros de lata das grandes cidades – podem simplesmente não ter meios para se ajudar a si próprios (Friedmann, 1996, p. 76).

Também Bruto da Costa (1998, p. 53) defende que a pobreza é marcada pela total ausência de poder (político, económico, social, cultural, de influência, etc.), a ponto de o pobre nem sequer conseguir reivindicar os seus direitos mais elementares. Qualquer programa ou projeto de luta contra a pobreza terá em vista, além do mais, devolver aos pobres o poder que perderam (*empowerment*), para que tenham condições para o pleno exercício da *cidadania*.

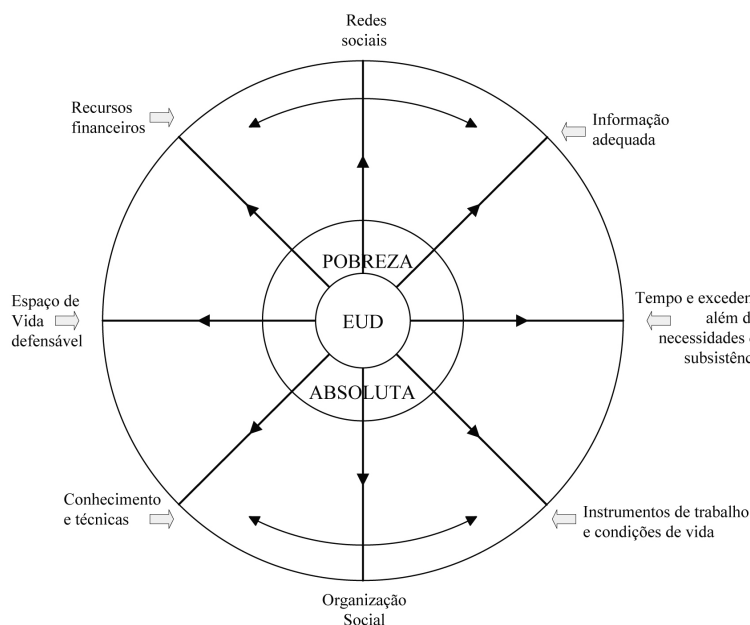


Figura 1. Pobreza como falta de acesso às bases do poder social.

Figure 1. Poverty as lack of access to the bases of social power.

Fonte: Friedmann (1996, p. 72).

⁸ Poder associado à sociedade civil (Friedmann, 1996).

Tal como podemos constatar, estas características não atuam isoladamente. Cada uma delas é influenciada e influencia a outra, criando aquilo que Nurske designou de "Círculo Vicioso da Pobreza", tal como a seguir se indica:

Um homem pobre pode não ter o suficiente para comer; sendo subalimentado, a sua saúde pode tornar-se débil; estando praticamente débil, a sua capacidade de trabalho é baixa, o que significa que é pobre, o que por sua vez significa que não terá o suficiente para comer, etc. Uma avaliação deste tipo, colocada ao nível de um país como um todo, pode ser resumida na velha proposição: "um país é pobre porque é pobre" (in Figueiredo e Costa, 1981, p. 139).

De acordo com Figueiredo e Costa (1981, p. 144), esse círculo pode ser rompido em qualquer um dos pontos, levando assim a uma eliminação progressiva da pobreza, mas para que tal aconteça é preciso haver "vontade" para o fazer. É nesse enquadramento que surgem os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), aprovados em 2000 na Cimeira do Milénio, que teve lugar na Cidade de Nova Iorque. Esse pacto internacional deu início a um novo cenário no processo de cooperação, ao dar origem a um compromisso político assumido pelos Estados na defesa dos princípios de liberdade, igualdade, respeito pelo ambiente e partilha de responsabilidades. Os ODM passaram, assim, a constituir o quadro de referência de cooperação entre os países, uma vez que é com base nesses objetivos gerais que cada país doador estabelece as metas específicas da sua política de cooperação. Assim, "erradicar a pobreza extrema e a fome" surge como o primeiro e principal ODM, que só será possível de concretizar se de igual modo se assegurar um acesso à educação, à saúde, à igualdade de género e à sustentabilidade ambiental. Mas para que tal seja realizável torna-se essencial que as nações de todo o mundo, ricas e pobres, se unam na luta contra a pobreza.

Evolução da pobreza em Angola

África tem sido o continente mais fustigado pela pobreza. Guest (2005, p. 15) afirma que África é o mais pobre continente do planeta, apesar de toda a riqueza que possui. Segundo Kankwenda *et al.* (2000, p. 53), a pobreza em África está associada às seguintes causas: (i) medidas económicas inadequadas, (ii) falta de investimento (sobretudo investimento estrangeiro), (iii) inoperacionalidade do setor agrícola, (iv) falta de cooperação entre os vários países, (v) instabilidade política, (vi) conflitos internos e externos. A conjugação destes fatores juntamente com as elevadas taxas demográficas coloca a África Subsariana como sendo o

continente que regista o número mais elevado de pessoas a viver em condições de pobreza. Recentemente o flagelo da sida tem dificultado ainda mais a vida dos africanos, dizimando milhares de pessoas por todo o continente. De acordo com o relatório Estratégia Global do Setor da Saúde (2011-2015) publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2011, 68 por cento da prevalência global do VIH se encontrava no continente africano, no qual 60 por cento dos infetados eram mulheres (OMS, 2011, p. 10).

Em relação a Angola, o cenário não se apresenta muito diferente daquele que caracteriza o continente africano. A guerra civil que assolou o país durante quase três décadas, juntamente com a adoção de políticas macroeconómicas inadequadas, implementação de programas de ajustamento estrutural, má governação e dívidas externas, conduziram o país a uma deterioração das condições de vida da população em geral e ao aumento galopante da pobreza extrema.

A "qualidade de vida em Angola é muito baixa" (Carvalho 2002, p. 115). De acordo com os últimos resultados fornecidos pelo Inquérito de Bem-Estar à População (IBEP) 36,6 por cento da população angolana encontra-se a viver em condições de pobreza (INE, 2010), no qual 18,7 por cento se localiza nas zonas urbanas e 58,3 por cento nas zonas rurais (INE, 2010, p. 13). Os dados do IBEP revelam igualmente um aumento da desigualdade entre os ricos e os pobres: os 20 por cento mais ricos arrecadam 59 por cento das receitas e realizam 49 por cento das despesas. Já os 20 por cento mais pobres arrecadam apenas 3 por cento das receitas e realizam cinco por cento das despesas, isto é, o valor das despesas é superior ao valor do rendimento (INE, 2010, p. 12).

De acordo com dados dos relatórios do desenvolvimento humano, Angola tem apresentado um baixo nível de desenvolvimento humano ao longo da última década. Para o ano de 2009, Angola apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,564, ocupando a posição 143ª, com uma classificação de desenvolvimento humano considerada pelo PNUD "média". No entanto, esses valores alteraram-se significativamente no ano de 2010, registando-se uma quebra para 0,403 e passando a ocupar a 146ª posição entre 169 países do mundo. No ano de 2011, o IDH de Angola volta a registar uma queda para a posição 148ª com um IDH de 0,486. Esta diferença de valores é justificada pela aplicação da nova metodologia de cálculo adotada pelo PNUD (PNUD, 2010, p. 15).

Assim, no cálculo para a dimensão educação "é substituída a alfabetização pela média de anos de escolaridade, bem como as matrículas brutas são reformuladas como anos de escolaridade esperados" (PNUD, 2010, p. 15). Em relação à dimensão do rendimento, o indicador PIB⁹ é substituído pelo RNB¹⁰. Esta

⁹ PIB (Produto Interno Bruto): somatório do valor acrescentado por todos os produtores na economia, residentes ou estrangeiros e de quaisquer impostos sobre os produtos (menos os subsídios) não incluídos na valorização da produção, calculado sem fazer deduções por depreciação de ativos de capital fabricados ou por esgotamento e degradação de recursos naturais (PNUD, 2010, p. 233).

¹⁰ RNB (Rendimento Nacional Bruto) *per capita*: somatório dos valores acrescentados por todos os produtores residentes na economia e no estrangeiro e de quaisquer impostos sobre os produtos (menos os subsídios) não incluídos na valorização da produção mais as receitas líquidas do rendimento primário (compensação de empregados e rendimentos prediais) do exterior, dividido pela população a meio do ano (PNUD, 2010, p. 234).

nova fórmula de cálculo tenta acompanhar as transformações sociais que ocorrem continuamente, mas sobretudo dar continuidade às reformas que precisam de ser realizadas para que o desenvolvimento humano continue a registar melhorias.

A realização de trabalho de campo durante o período de tempo referido permitiu compreender as condições de pobreza em que vivem os angolanos que habitam na capital angolana, bem como as consequências dessa condição. Assim, começámos por analisar a composição do agregado familiar¹¹ das pessoas entrevistadas, uma vez que a sua dimensão e composição estão relacionadas com o índice de pobreza, isto é, quanto maior for o número de membros do agregado familiar maior é a incidência da pobreza (cf. MINPLAN, 2004). Por outro lado, de acordo com o IBEP, 44 por cento dos agregados familiares angolanos são constituídos por sete ou mais pessoas e apenas 4,2 por cento é constituído por uma só pessoa (INE, 2010, p. 13), indo ao encontro do que nos foi descrito pelos entrevistados, isso é, prevalência dos agregados familiares extensos.

Tivemos igualmente em conta, durante a realização das entrevistas, o género do chefe do agregado familiar. Apesar das entrevistas terem sido realizadas maioritariamente a elementos do sexo feminino (35 entrevistadas), no total dos 57 entrevistados, 50 afirmaram ser o marido o "chefe da casa" e apenas sete afirmaram serem elas a entidade familiar mais relevante, por serem viúvas ou por serem mães solteiras.

O sentimento de pobreza é muito relativo. Quando questionados quanto à sua situação, se perante a realidade que enfrentam se sentem como pobres, obtivemos respostas variadas por parte dos entrevistados. Há quem viva em dificuldades, em bairros degradados, mas não se considere pobre: *"Não sou pobre, tenho a minha casa e tenho saúde. Pobre é o morto. Essa é a nossa vida, de sofrimento, mas não me considero pobre porque tenho saúde"* (Vendedora de produtos hortícolas, 25 anos)¹².

Para estas pessoas, os valores culturais e a vivência diária não lhes permite considerarem-se pobres. O fato de possuírem habitação, alimentação diária e saúde é o suficiente para não se sentirem como pobres. Por outro lado, existem pessoas e famílias que, apesar de terem um rendimento médio que as coloca acima da linha da pobreza, de viverem na área urbanizada da cidade, se consideram pobres: *"Eu não tenho nada, ainda vivo na casa dos meus pais, não consigo trabalho. Isso não é ser pobre?"* (Estudante e "funcionária" do setor informal, 20 anos).

A geração "mais jovem" aspira a uma melhoria das condições de vida bem como perspectivas de futuro. Porém, salientam igualmente que os entraves que encontram no dia a dia e a pouca formação que têm não lhes dá um campo de ação mais alargado.

"Eu queria mesmo ser motorista de camião. Mas para tirar a carta tinha que ter a 9ª classe então não deu. Por isso agora vendo embora aqui as minhas coisas. Já dá para comer. É melhor do que roubar. Eu não costumo roubar" (Vendedor ambulante, 25 anos).

Os entrevistados "mais velhos" (um entrevistado de 60 anos e duas entrevistadas de 65 e 63 anos respetivamente) deixaram transparecer um "sentimento" de desilusão em relação às expectativas pessoais criadas em torno da independência de Angola. As entrevistadas revelaram que no tempo colonial trabalhavam como empregadas domésticas e o entrevistado do sexo masculino como jardineiro na Câmara Municipal de Luanda. Sentem-se frustrados porque aquilo por que lutaram (uma Angola livre, independente e igualitária) não correspondeu às suas expectativas. Hoje, perante as dificuldades que enfrentaram e continuam a enfrentar, referem sobretudo o fato de Angola já se encontrar em paz e que, com o tempo, também se eliminará a pobreza.

"Antigamente não passávamos fome. Podíamos ganhar pouco e fazer tudo que o branco queria, mas um prato de comida tínhamos sempre. A minha patroa dava-me sempre comida para levar para os meninos que ficavam em casa. Mas agora não temos isso. Estou velha e cansada. Se lutámos pela independência foi para melhorar as nossas condições, mas não melhorou nada. Se não vier aqui engomar, não tenho dinheiro para comer. A guerra estragou a vida de nós todos" (Engomadeira, 65 anos).

A guerra civil condicionou a vida de todos os angolanos no geral. Aos mais velhos, frustrou as expectativas criadas em torno da independência. Aos jovens, condicionou o seu futuro e a sua vivência juvenil, canalizando-os não só para o serviço militar, como não dando oportunidade de construir um futuro digno.

Habitação e baixos rendimentos

A partir das condições de habitabilidade pode-se identificar, de forma visível, a situação de pobreza em que vivem os angolanos, em geral, e os que habitam na capital em particular. Durante o período pós-independência, e até 1991 (liberalização da economia), não se registaram investimentos no setor habitacional, causando um problema de difícil solução. Para ultrapassar esta falta de investimento, as populações começaram a construir anarquicamente em todos os locais possíveis, sem ter em conta aspetos como o escoamento dos esgotos e do lixo e

¹¹ Um agregado familiar é definido como um indivíduo ou grupo de indivíduos, ligados por laços de parentesco ou não, que vivem juntos na mesma residência e que partilham instalações comuns e as refeições (Cosep/ICF, 2011, p. 9).

¹² As referências em itálico e entre aspas correspondem aos excertos das entrevistas. Optámos por esta apresentação para se diferenciar das citações com referências bibliográficas. Salientamos igualmente que estes excertos estão transcritos sem qualquer alteração em relação ao registo áudio em que as entrevistas foram gravadas.

instalação de rede elétrica ou de abastecimento de água, levando ao "alargamento" da cidade para zonas periféricas, bem como ao aumento dos musseques¹³.

Em relação à habitação, procurámos saber junto dos entrevistados onde residiam (área urbana ou musseques), com quem residiam e as condições de habitabilidade. Os entrevistados "mais velhos" referiram que tinham a sua residência própria, atribuída ainda no tempo colonial, na zona periférica (musseque) da cidade de Luanda.

"Ainda no tempo do colono me foi atribuída uma casa da câmara lá no cazenga. Como eu era funcionário eles me deram aquela casa. Era uma casa boa. Ainda hoje é lá que eu vivo" (Jardineiro reformado, 60 anos).

Os entrevistados com idades compreendidas entre os 40 e os 60 anos afirmaram ter a sua casa, que foram construindo ao longo do tempo.

"Eu já tenho a minha casa que o meu marido construiu lá no bairro onde vivemos. A casa é pequena, mas dá para nós vivermos lá. Tem só dois quartos, uma cozinha grande e a casa de banho no lado de fora. Assim que temos mais dinheiro então compramos mais areia e cimento e fazemos mais outros quartos" (Vendedora de frutas e legumes, 42 anos).

O grupo etário mais jovem (20-39 anos) é aquele que apresenta mais dificuldades de acesso à habitação. Residem com os pais ou com os sogros sendo a construção de uma casa própria o seu projeto de futuro.

"Eu ainda vivo em casa dos meus sogros, mas o meu marido já está a construir a nossa casa lá em cima ao pé da Gamek e quando estiver pronta vamos viver para lá [...] A casa ainda é pequena, só tem dois quartos, os miúdos vão dormir todos juntos, mas depois, vamos juntar mais dinheiro e vamos fazer mais quartos" (Vendedora ambulante, 27 anos).

Pelos testemunhos dos entrevistados, assim como pela observação realizada no terreno, concluímos que a habitação construída contempla apenas o básico e o material utilizado é o mais barato, ou seja, o mais fraco e o de menor qualidade. De acordo com o IBEP, 78,5 por cento das construções na área urbana foram realizadas com material não apropriado (INE, 2010, p. 2), daí que as condições de habitabilidade sejam muito precárias.

Acesso à água potável

O acesso à água potável também se apresenta muito deficiente. A água utilizada pela maioria da população angolana não apresenta os critérios mínimos de consumo. Nas zonas rurais, a maioria da água que é utilizada pelos habitantes provém

diretamente dos rios e lagoas. Nas zonas urbanas, o sistema de abastecimento de água, concebido antes da independência, encontra-se em estado de rutura devido não só à destruição que foi sofrendo durante o desenrolar da guerra civil, como também à própria degradação e ao aumento exponencial do consumo. Segundo o IBEP, somente 42 por cento dos agregados familiares têm acesso à água própria para consumo (INE, 2010, p. 2).

A deficiente distribuição de água nos meios urbanos faz com que as pessoas obtenham este líquido essencial à vida humana pelos meios menos próprios e menos higiénicos. Vão buscar água à casa do vizinho, a uma fonte ou uma conduta rebentada e transportam-na em recipientes sujos, suscetíveis de contágios de muitas doenças.

"Aqui mesmo em Luanda não é fácil arranjar água. Lá no meu bairro às vezes vai lá um camião e nós compramos água. Mas quando não vai, temos que ir procurar na cidade onde tenha e depois levar em casa [...] carregamos mesmo nas bacias e nas garrafas" (Empregada doméstica, 33 anos).

Em relação ao tratamento da água, apenas 33,1 por cento da população tratam a água antes de a beber (INE, 2010, p. 2). Das entrevistas realizadas todos afirmaram tratar a água antes de a consumirem. As respostas foram unânimes em relação ao tipo de tratamento: gotas de lixívia. Nenhum dos entrevistados disse que fervia a água antes de a beber. Tal deve ter como explicação o fato de cozinharem a lenha ou a carvão. O tempo de fervura é mais demorado, tornando as despesas difíceis de suportar. Devido à ausência de uma rede de abastecimento de água nos bairros periféricos e aos sucessivos cortes no seu abastecimento na área urbana, as pessoas gastam parte do seu tempo à procura desse líquido precioso. Compram às cisternas, vão buscar à casa de alguém ou aproveitam os furos que são feitos nos tubos que abastecem a cidade.

Saúde, saneamento básico e serviços básicos

Em relação ao setor da saúde, este é sobretudo caracterizado pela deficiência das infraestruturas, que se encontram completamente degradadas. A falta de médicos, enfermeiros e técnicos de saúde (como analistas, radiologistas, terapeutas, fisioterapeutas) completa um quadro de saúde muito débil e no qual os angolanos não depositam confiança. Em Angola, a malária é de longe a primeira causa da mortalidade e morbidez nas crianças e nas mulheres (MINPLAN, 2010, p. 58), representando 35 por cento da demanda de cuidados curativos, 20 por cento de internamentos hospitalares, 40 por cento das mortes perinatais e 25 por cento de mortalidade materna (Cosep/ICT, 2011, p. 2). Porém, outras doenças como a febre tifoide, a tuberculose, a cólera e mais recente-

¹³ Segundo Monteiro (1973, p. 53), musseque é o termo originário do kimbundu, sendo etimologicamente constituído pelo prefixo *mu* (lugar) e pelo radical *seke* (areia). Atualmente, o termo musseque tem sido substituído pelo termo calão "bualas", que quer dizer *kimbo*, sanzala.

mente a Sida também apresentam elevadas taxas de infeção. Em 2009, viviam em Angola 210.775 pessoas com VIH, sendo mais de metade mulheres. O total de crianças infetadas era de 28.367, dos quais 12.597 eram órfãs da sida (MINPLAN, 2010, p. 53).

Estas doenças são o resultado não só de uma deficiente rede de saneamento básico e más práticas de higiene, como também do tratamento das fezes e consumo de água imprópria. A rede de esgotos serve apenas as partes urbanizadas, e geralmente não está em bom estado (Robson e Roque, 2001, p. 84), assim como os serviços de recolha de lixo, distribuição de água e distribuição de eletricidade.

Em relação à saúde, perguntámos aos entrevistados a que entidade de saúde recorriam em caso de doença (pública ou privada), como suportavam as despesas com a medicação, bem como que tipo de assistência (social) tinham em caso de doença e não poderem trabalhar. Todos os entrevistados foram unânimes na escolha do serviço de saúde: hospital público, pois as dificuldades económicas não permitem que procurem as clínicas privadas. Em relação às despesas relacionadas com os medicamentos, as respostas foram variadas, desde pedir dinheiro emprestado a um familiar ou vizinho, o ficar a dever e pagar mais tarde e, em último caso, não fazer a medicação. Em caso de doença e impossibilidade de exercerem a sua atividade geradora de rendimento, todos os entrevistados afirmaram que apenas podem contar com a assistência da família.

Educação

O baixo rendimento auferido também se reflete no acesso à instrução. Quanto mais pobres são, menor é o investimento feito em relação à formação escolar/profissional, situação agravada pela pouco eficiente oferta disponibilizada pelo estado tais como: (i) dificuldade das escolas em albergar um elevado número de alunos, sobretudo na capital, (ii) a falta de um corpo docente não só em quantidade como também em qualidade, assim como (iii) programas adequados para o desenvolvimento das capacidades dos alunos. O IBEP mostra que o ensino primário tem uma taxa de ocupação por crianças entre os 12-17 anos na ordem dos 58,8 por cento (INE, 2010, p. 4). Este fator representa um atraso para a própria criança, uma vez que, na mesma sala, se encontram crianças com diferentes taxas etárias.

Nas entrevistas realizadas, procuramos averiguar qual a situação em que se encontravam os entrevistados relativamente à escola. Várias foram as razões apontadas para o fato de não se encontrarem a estudar ou de não o terem feito no passado. Argumentos como: (i) perda dos documentos quando tentavam escapar à guerra, (ii) dificuldades de colocação nos estabelecimentos de ensino por falta de vagas, (iii) distância entre a escola e a habitação, (iv) despesas com o transporte e o material escolar, (v) gravidez precoce.

Os oito entrevistados correspondentes à faixa etária entre os 15 e os 19 anos afirmaram saber ler e escrever. Dois ainda estavam a frequentar a sétima classe no período da tarde

enquanto de manhã ajudavam a mãe a vender; duas raparigas deixaram a escola porque engravidaram, uma interrompeu os estudos na terceira classe porque não tinha dinheiro para comprar o material escolar, uma estava a estudar a quarta classe na escola da sua Igreja. Em relação aos rapazes, afirmaram que continuavam a estudar, mas não referiram o ano.

Na faixa etária entre os 20-29 anos, quatro acabaram a quarta classe, um reprovou na oitava classe e acabou por desistir, dois acabaram somente a segunda classe e três afirmaram terem concluído a quarta classe. Os cinco entrevistados que afirmaram saber assinar o nome frequentaram somente o ensino primário, mas não souberam especificar os anos. Sabem assinar o nome, mas leem e escrevem com muita dificuldade. Quatro dos que afirmaram saber ler e escrever justificaram a sua situação com a deslocação para Luanda e com o fato de terem perdido todos os documentos como as causas para a interrupção dos estudos.

A faixa etária correspondente às idades entre 30 e 49 anos afirmou não saber ler nem escrever. Somente quatro afirmaram saber assinar o seu nome. Dois dos entrevistados justificaram essa situação com o fato de terem fugido das zonas de origem e terem abandonado tudo o que possuíam. Uma vez fixados em Luanda, a necessidade de desempenhar uma atividade remunerada e a falta de documentação adiou a entrada para a escola. Esta é a faixa etária mais afetada pela guerra. Se, por um lado, tiveram que fugir das suas zonas de origem e criar estabilidade noutros locais, por outro os homens eram maioritariamente recrutados para o serviço militar, tendo as mulheres que assumir a posição de chefe de família, bem como a responsabilidade de sustento da casa.

As pessoas com mais de 50 anos disseram que sabiam somente assinar o nome e que aprenderam a fazê-lo depois da independência.

Durante os anos de guerra, particularmente os últimos anos (1992-2002), o investimento do estado angolano no setor da educação conheceu muitos constrangimentos. A classe etária mais jovem sofre os efeitos da guerra porque, apesar desta já ter terminado e de já residirem em Luanda a tempo suficiente, frequentam a escola em condições precárias. Por outro lado, a gravidez precoce entre os jovens tem aumentado a taxa de abandono escolar, sobretudo em relação ao sexo feminino. Com vergonha da gravidez e posteriormente porque têm que cuidar do bebé, acabam por abandonar a escola.

Alimentação

A necessidade de alimentação é talvez a mais básica das necessidades humanas (Streeten, 1995, p. 57), o que faz com que a falta da mesma, ou seja, a fome, seja uma das consequências mais marcantes da pobreza. Sem a alimentação cuidada, a criança não desenvolve as suas capacidades físicas e mentais. Nos adultos, a falta de alimento reduz as suas capacidades e habilidades e deixa-os mais suscetíveis às doenças e infeções. De

acordo com dados do Ministério do Planeamento de Angola, 52 por cento dos angolanos comem menos de três refeições por dia (MINPLAN, 2010, p. 25).

A questão essencial do trabalho de campo relativamente à alimentação e nutrição consistia em saber o seguinte: (i) Quantas refeições o agregado familiar dos entrevistados faz por dia; (ii) o que comem; (iii) onde compram o que consomem; (iv) como confeccionam os alimentos. Todos afirmaram tomar o pequeno-almoço, constituído essencialmente por chá e pão com manteiga. O almoço é realizado no local onde exercem a sua atividade (informal), sendo o jantar a principal refeição do dia. Os alimentos consumidos são maioritariamente comprados nas praças e na rua pelas mulheres a caminho de casa. Normalmente compram os alimentos no próprio dia, uma vez que não possuem frigorífico ou arca para conservação dos alimentos. Na maioria dos casos, as habitações nem sequer possuem instalação elétrica (apenas 42,2 por cento da população têm acesso à eletricidade [INE, 2010, p. 2]). Os alimentos são confeccionados a lenha ou a carvão. O uso do fogão não é muito frequente dado o preço elevado do aparelho e das botijas de gás.

Acesso às bases do poder social

Em relação ao acesso às bases do poder social, este é traduzido pelos direitos de cidadania que todos os cidadãos devem ter salvaguardados, assim como a participação ativa na vida social e política do país.

No caso angolano, verificámos uma situação contraditória em relação ao acesso às bases do poder social, isto é, temos por um lado um estado que constitucionalmente compromete-se com o cumprimento da legalidade, por outro, esse mesmo estado aceita ou incentiva um desrespeito da mesma (legalidade). A esta situação contraditória, Boaventura de Sousa Santos designou de Estado Paralelo (1992, p. 225), que pode assumir várias formas:

(i) tolera a violação das leis, não fazendo acionar as instituições encarregadas de a reprimir, ou não as dotando dos meios humanos e financeiros para o fazer; (ii) não aplicando ou aplicando seletivamente a lei nos casos em que tal aplicação compete primordialmente a aparelhos do estado; (iii) não regulamentando total ou parcialmente a lei de modo a bloquear a sua aplicação; (iv) não criando ou não dotando orçamentalmente os serviços encarregados de executar as políticas sociais legisladas; (v) promove formas ilegais de privatização dos recursos do estado; (vi) desvalorização dos direitos sociais, da constituição política e da ordem jurídica no seu todo (Santos, 1992, p. 226).

A longa tradição de um Estado autoritário bem como o desconhecimento por parte da maioria da população dos seus deveres, obrigações e direitos levam a que a maioria dos angolanos não tenha acesso às bases do poder social. Em relação aos entrevistados, a sua preocupação reside apenas na satisfação das suas necessidades básicas, isto é, a sobrevivência diária.

Durante a realização das entrevistas, podemos perceber que os entrevistados que deram o seu contributo para a presente investigação não têm conhecimento dos seus direitos mais elementares, daí a sua falta de participação e empenho na vida social e política do país.

Estratégia de combate à pobreza

A pobreza é um fenómeno complexo e em processo de intensificação. Mais complexas se tornam assim as prioridades das políticas sociais destinadas a combater esse fenómeno (Capucha, 1998, p. 234). Para fazer face a esta situação, é necessário elaborar estratégias de combate à pobreza, nomeadamente: (i) alargar os direitos sociais e cívicos, (ii) dar primazia à criação de emprego, (iii) reforçar os sistemas de educação e qualificação, (iv) facilitar a mobilidade das pessoas de modo a haver trocas comerciais, culturais, entre outras, (v) reformar o sistema de proteção social, (vi) elaborar medidas específicas de combate à pobreza e à exclusão social (Capucha, 2005).

O conflito armado angolano foi dado como terminado em 2002, porém, atualmente, "a vida em Angola é ainda uma luta, com a maioria dos agregados familiares vivendo abaixo da linha da pobreza" (PNUD-Angola, 2005, p. 18). Para fazer frente a esta situação, o governo angolano, com o apoio internacional (PNUD, NEPAD, ONG) (González de la Rocha, 2001, p. 205-206), tem delineado planos e programas de luta contra a pobreza.

Deste modo, em 2004, dois anos após o término da guerra civil, o governo angolano elaborou a sua Estratégia de Combate à Pobreza (ECP), cujo objetivo principal é o de estabelecer compromissos tendo em vista a redução acelerada e sustentada da pobreza até 2015. Este plano identifica os seguintes fatores como causas da pobreza em Angola: o conflito armado, a pressão demográfica, a destruição e degradação das infraestruturas económicas e sociais, o funcionamento débil dos serviços de educação, saúde e proteção social, a quebra muito acentuada da oferta interna de produtos fundamentais, a debilidade do quadro institucional, a desqualificação e desvalorização do capital humano e a ineficácia das políticas macroeconómicas (MINPLAN, 2005, p. 32-33). O relatório da ECP identifica igualmente as áreas de intervenção prioritária, que são a reinserção social, a desminagem, a segurança alimentar e desenvolvimento rural, o VIH/SIDA, a educação, a saúde, as infraestruturas básicas, o emprego e formação profissional, a boa governação e a gestão macroeconómica adequada (MINPLAN, 2005, p. 38-57).

Este documento, atualizado em 2005, continua a ser o documento orientador para as principais áreas de intervenção. Em 2009, o governo angolano aprovou um novo plano intermédio, a ser concretizado entre 2009-2013, salientando pontos-chave de intervenção: redução da pobreza, governação democrática, prevenção de crises e recuperação e desenvolvimento sustentável (MINPLAN e PNUD-Angola, 2009).

O recente crescimento económico que Angola tem registado nos últimos anos tem-se refletido na luta contra a pobreza¹⁴. Terminada a guerra, as despesas direcionadas para a defesa deixam de ser prioritárias, assumindo outros setores esse protagonismo. Desde então, tem-se verificado um "crescimento do investimento do estado nas áreas sociais, materializado no aumento verificado nos últimos dois anos nas dotações orçamentais para a saúde, educação e intervenção comunitária" (Lopes, 2011, p. 47). De acordo com dados do Ministério das Finanças de Angola (MINFIN, 2011), a evolução da proporção das despesas com o setor social entre 2007 e 2010 foi a seguinte:

Quadro 1. Proporção das despesas do estado angolano com o setor social (2007-2010).

Chart 1. Expenditure proportion of Angolan state with social sector (2007-2010).

Ano	Despesa Setor Social
2007	30,6%
2008	28,8%
2009	31,6%
2010	30,5%

Fonte: Minfin (2011).

Esse aumento do investimento do estado no setor social tenta dar resposta às áreas mais carenciadas. Se, por um lado, se regista o aumento da oferta de emprego, logo, maior rendimento para os agregados familiares, por outro, regista-se um aumento de intervenção do setor social. Com um longo caminho ainda pela frente, Angola parece estar empenhada em se reerguer e trilhar o caminho para o desenvolvimento.

Conclusão

Os debates em torno do conceito de pobreza intensificaram-se nos últimos anos, e recentemente a comunidade internacional reconheceu que a pobreza afeta todas as sociedades, independentemente do seu nível de desenvolvimento, sendo não apenas sinónimo de carência económica ou falta de alimentação, mas igualmente de carência material (alimentação, vestuário, alojamento, educação e cuidados de saúde) e carência social (liberdade individual e igual tratamento perante a lei, direito a um nível de vida aceitável e o direito de participação no exercício do poder político).

O estudo da pobreza, das suas dimensões, causas e consequências, permitiu a compreensão da persistência e severidade

deste fenómeno em Angola. A guerra é direta e indiretamente a principal causa da pobreza em Angola, que apresenta atualmente uma incidência na ordem dos 36,6 por cento, valor que, apesar de elevado, representa uma melhoria em relação ao ano de 2001, em que mais de metade da população angolana se encontrava em condição de pobreza.

Durante a realização da investigação e para melhor percepção da pobreza em Angola, procedeu-se à sua caracterização segundo alguns indicadores como as condições de habitação, a escolarização, o acesso à água potável, o acesso ao saneamento básico, aos serviços básicos, aos serviços básicos de saúde, às bases do poder social, o rendimento do agregado familiar, a alimentação, a composição do agregado familiar, assim como o género do chefe do agregado familiar, dados que nos permitem confirmar que Angola continua a apresentar carências muito graves em todos esses setores.

É preciso, pois, lutar contra a pobreza de modo a devolver aos mais pobres os seus direitos. Para o efeito, torna-se necessária a elaboração de políticas sociais de apoio aos mais carenciados, para que possam sair da condição em que se encontram e para que tenham uma visão mais otimista de forma a contribuírem para o desenvolvimento do seu país. Dez anos após o término da guerra civil, já se registam algumas melhorias das condições sociais. No entanto, muito ainda há a fazer de modo a providenciar aos angolanos mais pobres condições dignas de se viver.

Referências

- ALMEIDA, J.F.; CAPUCHA, L.; COSTA, A.F.; MACHADO, F.L.; REIS, E.; NICOLAU, I. 1994. *Exclusão Social: Fatores e Tipos de Pobreza em Portugal*. Oeiras, Celta Editora, 147 p.
- AMARO, R.R. 2003. *A Luta Contra Pobreza e a Exclusão Social em Portugal*. Genebra, BIT/STEP, 227 p.
- BRUTO DA COSTA, A. 1998. *Exclusões Sociais*. Lisboa, Gradiva, 99 p.
- BRUTO DA COSTA, A. 1984. Conceitos de Pobreza. *Estudos de Economia*, IV(3):275-295.
- CAPUCHA, L. 2005. *Desafios da Pobreza*. Oeiras, Celta Editora, 365 p.
- CAPUCHA, L. 1998. Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades. In: A.F. COSTA; J.M. Viegas, (org.), *Portugal, que Modernidade?* Oeiras, Celta Editora, p. 209-244.
- CARVALHO, P. 2002. *Angola: Quanto Tempo Falta para Amanhã?* Oeiras, Celta Editora, 189 p.
- COSEP CONSULTORIA; ICF MACRO. 2011. Inquérito de Indicadores de Malária em Angola de 2011. Calverton, Maryland, Cosep Consultoria, Consaúde e ICF Macro. Disponível em <http://www.measuredhs.com>. Acesso em: 15/01/2012.
- FIGUEIREDO, A.; COSTA, C. 1981. *Do Subdesenvolvimento: Vulgatas, Ruturas e Reconsiderações em Torno de um Conceito: Roteiro Crítico e Antologia*. Lisboa, Edições Afrontamento, 381 p.
- FRIEDMANN, J. 1996. *Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*. Oeiras, Celta Editora, 197 p.

¹⁴ Em 2004, a incidência da pobreza em Angola era de 68 por cento, isto é, mais de metade da população angolana vivia em condições de pobreza, dos quais 26 por cento viviam em condições de pobreza extrema (MINPLAN, 2005). Em 2010, registou-se uma redução da incidência da pobreza para 36,6 por cento (INE, 2010).

- GARCIA, J.L.; JERÓNIMO, H.M.; NORBERTO, R.; AMARO, M.I. 2000. *Estranhos: Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*. Oeiras, Celta Editora, 254 p.
- GEREMEK, B. 1995. *A Piedade e a Força: História da Miséria e da Caridade na Europa*. Lisboa, Terramar Editora, 306 p.
- GIDDENS, A. 2001. *Sociologia*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 864 p.
- GIDDENS, A. 1992. *As Consequências da Modernidade*. Oeiras, Celta Editora, 145 p.
- GONZÁLEZ DE LA ROCHA, M. 2001. Country Cases: Angola. In: UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM, *Choices for the Poor: Lessons from National Poverty Strategies*. UNDP, p. 205-215. Disponível em: <http://www.undp.org/dpa/publications/choicesforpoor/ENGLISH/index.html>. Acesso em: 20/06/2011.
- GUEST, R. 2005. *África: Continente Acorrentado – O Passado, o Presente e o Futuro de África*. Porto, Civilização Editora, 290 p.
- HUGON, P. 1999. *Economia de África*. Lisboa, Vulgata Editora, 156 p.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE ANGOLA (INE). 2010. *IBEP: Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População 2008-2009*. Luanda, INE, 13 p.
- KANKWENDA, M. 2000. *Poverty Eradication, Where Stands Africa?* London, Economica, 444 p.
- LEWIS, O. 1961. *Os Filhos de Sánchez*. Lisboa, Moraes Editores, 448 p.
- LOPES, C. 2011. *Candongueiros & Kupapatas: Acumulação, Risco e Sobrevivência na Economia Informal em Angola*. Lisboa, Principia, 208 p.
- MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (MINFIN). 2011. *Evolução Recente, Situação Atual e Perspetivas da Economia Mundial*. Luanda, MINFIN. 14 p. Disponível em: www.minfin.gov.ao. Acesso em: 23/12/2011.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO (MINPLAN). 2010. *Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*. Luanda, MINPLAN, 84 p.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO (MINPLAN); PNUD-ANGOLA. 2009. *Country Programme Action Plan (2009-2013)*. Luanda, MINPLAN/PNUD-ANGOLA, 42 p. Disponível em: <http://www.undp.org/angola>. Acesso em: 09/04/2012.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO (MINPLAN). 2005. *Estratégia de Combate à Pobreza. Cadernos da População & Desenvolvimento*, 9(1):1-73.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO (MINPLAN). 2004. *Estratégia de Combate à Pobreza: Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica*. Luanda, MINPLAN, 43 p.
- MONTEIRO, R.L. 1973. *A Família nos Musseques de Luanda: Subsídios para o Seu Estudo*. Luanda, Fundo de Acção Social no Trabalho em Angola, 492 p.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). 2011. *Estratégia Global do Setor da Saúde (2011-2015)*. Disponível em: <http://www.who.int>. Acesso em: 25/02/2012.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). 1990-2011. *Relatórios do Desenvolvimento Humano*. Disponível em: <http://www.undp.org>. Acesso em: 25/02/2012.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). 2010. *Relatório do Desenvolvimento Humano*. 253 p. Disponível em: <http://www.undp.org>. Acesso em: 25/02/2012.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). 1999. *Relatório do Desenvolvimento Humano*. 167 p. Disponível em: <http://www.undp.org>. Acesso em: 25/02/2012.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). 1997. *Relatório do Desenvolvimento Humano*. 245 p. Disponível em: <http://www.undp.org>. Acesso em: 25/02/2012.
- PNUD-ANGOLA. 2005. *Relatório do Desenvolvimento Humano – Angola*. Luanda, Nações Unidas, 96 p.
- PNUD-ANGOLA. 2002. *Os Desafios Pós-Guerra*. Luanda, Nações Unidas, 123 p.
- ROBSON, P.; ROQUE, S. 2001. *Aqui na Cidade Nada Sobra para Ajudar: Buscando a Solidariedade e a Ação Coletiva em Bairros Periurbanos de Angola*. Luanda, ADDRA, 184 p.
- SACHS, J. 2006. *O Fim da Pobreza – Como Consegui-lo na Nossa Geração*. Lisboa, Casa das Letras, 544 p.
- SANTOS, B.S. (org.). 2001. *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto, Edições Afrontamento, 555 p.
- SANTOS, B.S. 1992. *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto, Edições Afrontamento, 266 p.
- SEN, A. 1999. *Pobreza e Fomes: Um Ensaio sobre Direitos e Privações*. Lisboa, Terramar Editora, 356 p.
- STREETEN, P.P. 1995. *Thinking about Development*. Cambridge, Cambridge University Press, 409 p.
- STREETEN, P.P. 1986. Basic Needs: Some Unsettled Questions. In: E. KANE, *The Challenge of Employment and Basic Needs in Africa*. Nairobi, Oxford University Press, p. 20-27.
- VINYALS, L. 2002. *O Financiamento Público dos Setores Sociais em Angola*. Cascais, Principia, 158 p.

Submetido: 11/11/2011

Aceito: 10/04/2012